

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.405.092 - RS (2018/0311925-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : CARLOS RONALDO CLAUSS BRAGINSKAS
ADVOGADOS : KAREN UNELLO DE MEDEIROS - RS0066131
GILBERTO DA SILVA SILVEIRA - RS0049412
AGRAVADO : CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CANOAS
ADVOGADOS : GREICE FONSECA STOCKER - RS0067887
VIVIAN FONSECA STOCKER - RS0081101
CARLA REGINA THOME WEDY - RS0044291
CAMILA BECKER DOS SANTOS - RS103026

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 6º, 14, 42, 43, § 2º, e 83 do Código de Defesa do Consumidor; 506 do Código de Processo Civil; 186 e 927 do Código Civil, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 134):

DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CANCELAMENTO DE REGISTRO NEGATIVO.

Mantida a legitimidade da CDL de Canoas para figurar no polo passivo da relação jurídico-processual.

Tendo o autor ajuizado, anteriormente, outra demanda com causa de pedir e pedido idênticos e contra a mesma ré, mostra-se correta a sentença que extinguiu este processo, em face da existência de coisa julgada, com base no art. 485, V, do CPC.

Majorado o valor da verba honorária fixada à procuradora da ré, conforme o disposto no § 11 do art. 85 do CPC, levando ainda em conta os vetores constantes do § 2º, incisos I a IV, desse artigo.

Preliminar suscitada em contrarrazões rejeitada e apelação desprovida.

Sustenta o agravante, em síntese, que não ficou configurada a coisa julgada no presente caso, uma vez que a Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre é entidade arquivista diversa da Câmara de Dirigentes Lojistas de Canoas.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Registro que o Tribunal de origem reconheceu a ocorrência de coisa

julgada, assim decorrendo (fls. 136/138):

(...)

A parte-autora na petição inicial desta demanda, ajuizada na Comarca de Canoas, pede o cancelamento do registro em relação a 6 (seis) cheques sem a devida provisão de fundos do Banco do Brasil S/A (fl. 6).

Ocorre que, anteriormente, o autor já havia ajuizado outra demanda, mas na Comarca de Porto Alegre, com causa de pedir e pedido idênticos e contra a mesma ré, para isso basta ver a fotocópia da petição inicial de fls. 39/44 (processo nº 001.1.13.0202146-0).

Dessa forma, mostra correta a r. sentença ao extinguir este processo com base no art. 485, V, do CPC, ao dizer, à fl. 92v., in verbis:

"Estabelecida, então, a legitimidade passiva da ré, verifico que, no caso, deve ser reconhecida a ocorrência da coisa julgada. Acontece que se trata de ação ordinária, na qual pretende a parte autora o cancelamento do registro negativo relativo à emissão de 06 (seis) cheques sem provisão de fundos, oriundos do Banco do Brasil S/A (agência 2663).

Fundamenta sua pretensão, alegando que, além de não ter sido notificado previamente acerca do referido cadastro, o que afronta o disposto no art. 43, § 2º, do CDC, os títulos não poderiam ser apresentados para desconto, posto que já haviam sido pagos. Entretanto, com base nos documentos anexados às fls. 39/44, verifica-se a existência de outra ação ordinária envolvendo as mesmas partes (processo nº 001/1.13.0202146-0), cuja causa de pedir e pedido são idênticos aos da presente demanda.

A teor do que dispõe o § 4º, do art. 337, do CPC, verifica-se que "há coisa julgada quando se repete ação que já foi julgada por decisão transitada em julgado".

Essa é a hipótese dos autos, inobstante naquela demanda, por equívoco, ter sido cadastrada a "Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre" no polo passivo. Contudo, trata-se de mero erro de cadastro, haja vista que aquela ação foi dirigida contra a ora ré - Câmara de Dirigentes Lojistas de Canoas (fl. 39), a qual foi devidamente citada (fl. 71) e contestou o feito (fl. 73). Configurado, pois, mero erro material quando do cadastramento da parte ré, não havendo dúvidas de que a ação tombada sob o nº 001/1.13.0202146-0, a qual tramitou perante à 9ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre,

envolve as mesmas partes, bem como possui causa de pedir e pedido idênticos aos da presente demanda.

Diante disso, considerando que a ação supramencionada (processo nº 001/1.13.0202146-0), já foi julgada, tendo transitado em julgado em 29/02/2016, conforme informação processual acostada à fl. 91, forçoso reconhecer a ocorrência de coisa julgada, cumprindo, pois, julgar extinta a presente ação, sem resolução de mérito, forte no art. 485, V, do CPC."

(...)

Com efeito, anoto que desconstituir as conclusões do acórdão recorrido demandaria o reexame do acervo fático dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora